

## Lei nº 4.943, de 06 de abril de 1966

Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Casa de Rui Barbosa<sup>1</sup>, do Ministério da Educação e Cultura (hoje Ministério da Cultura)<sup>2</sup>, fica transformada em fundação, denominada "Fundação Casa de Rui Barbosa", instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica e literária, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira, tendo sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara<sup>3</sup>.

Art. 2º São transferidos ao domínio da Fundação e passam a integrar o seu patrimônio os seguintes bens e direitos da União<sup>4</sup>:

- a) imóvel na Rua São Clemente nº 134, na Cidade do Rio de Janeiro, com todas as suas benfeitorias;
- b) bens móveis existentes no imóvel referido na alínea anterior, inclusive biblioteca, documentos e objetos do museu;
- c) direitos autorais das obras de Rui Barbosa ou de outras quaisquer editadas pela Casa de Rui Barbosa, que pertençam ao domínio da União;
- d) o imóvel na Rua São Clemente nº 130, declarado de utilidade pública para a ampliação da Casa de Rui Barbosa, em cuja posse a União já foi imitada.

Art. 3º O Patrimônio da Fundação, além dos bens e direitos enumerados no artigo anterior, constituir-se-á:

- a) de doações, legados e auxílios recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- b) dos bens e direitos que adquirir;
- c) do saldo da renda de suas atividades, quando assim determinar o Presidente da Fundação, ouvido o Conselho Consultivo.

Parágrafo Único. No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos terão o destino a

---

1 A Casa de Rui Barbosa foi criada pelo Decreto nº 5.429, de 9 de janeiro de 1928. Ver Decreto nº 73.781, de 11 de março de 1974, que "Aprova os Estatutos da Fundação Casa de Rui Barbosa".

2 O Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, cria o Ministério da Cultura por desdobramento do Ministério da Educação e Cultura. Leia-se, portanto: Ministério da Cultura.

3 Atual Estado do Rio de Janeiro

4 Os bens patrimoniais constantes das alíneas "a", "b" e "c" deste artigo 2º foram adquiridos pela União com base no Decreto nº 4.789, de 2 de janeiro de 1924.

ser estabelecido em lei especial.

Art. 4º A Fundação terá como finalidade o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa, devendo além de outras atividades:

- a) promover a publicação sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação, assim como de estudos científicos, artísticos e literários;
- b) manter o museu e a biblioteca Rui Barbosa acessíveis ao uso e consulta públicos;
- c) promover estudos, conferências, reuniões ou prêmios que visem a difusão da cultura e da pesquisa;
- d) promover estudos e cursos sobre assuntos jurídicos, políticos, filológicos, ou de outros relacionados com a obra e a vida de Rui Barbosa;
- e) colaborar com instituições nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua finalidade;
- f) colaborar, quando solicitada, com o Governo da União ou dos Estados, podendo mediante convênio ou acordo, incumbir-se da prestação de serviços que forem pertinentes às suas atividades;
- g) cultuar, adequadamente, a 5 de novembro de cada ano, o "Dia de Rui Barbosa".

§ 1º Mediante convênio com o Governo Federal, a Fundação poderá incumbir-se da publicação oficial de coletâneas de leis ou documentos parlamentares.

§ 2º O Departamento de Imprensa Nacional continuará a executar os serviços públicos gráficos prestados à Casa de Rui Barbosa, nos termos que vem fazendo até aqui.

Art. 5º A Fundação será dirigida por um Presidente com mandato de 6 (seis) anos, nomeado pelo Presidente da República, entre brasileiros de reconhecido saber e experiência em assuntos ruianos.

§ 1º O Presidente da Fundação será assistido por um Conselho Consultivo, composto:

- a) de um representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>5</sup>;
- b) de um representante da Academia Brasileira de Letras<sup>6</sup>;
- c) de um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>7</sup>;

---

5 O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi transformado pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, cuja denominação foi alterada para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, pela Medida Provisória nº 752, de 6 de dezembro de 1994, que foi convalidada definitivamente pela Lei nº 9.649, de 28 de maio de 1998.

6 Instituição cultural de caráter privado, foi fundada em 1897.

7 Instituição cultural de caráter privado, fundada em 1838.

d) de um representante do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil<sup>8</sup>;

e) de 8 (oito) pessoas eminentes no campo da cultura nacional, designadas pelo Presidente da Fundação, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos uma só vez.

§ 2º A administração dos serviços da Fundação será exercida por um Diretor-Executivo, livremente escolhido pelo Presidente da Fundação.

Art. 6º A Fundação reger-se-á pelos seus Estatutos, que serão aprovados mediante decreto do Presidente da República.

§ 1º O Presidente da República designará uma comissão de 5 (cinco) membros para, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborar os Estatutos da Fundação e promover os atos necessários à sua constituição e registro na forma da lei civil, cabendo ao Ministro da Educação e Cultura (hoje Ministro de Estado da Cultura) representar a União.

§ 2º O atual Diretor da Casa de Rui Barbosa integrará a comissão a que se refere o parágrafo anterior e permanecerá na direção dos serviços da Fundação até a constituição definitiva da mesma.

Art. 7º O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista<sup>9</sup> e os atos a ele referentes são da competência do respectivo Presidente e do Diretor-Executivo, na forma que for determinada nos Estatutos.

Parágrafo Único. A União poderá permitir que os servidores públicos lotados na Casa de Rui Barbosa, na data desta Lei, permaneçam a serviço da Fundação, com os encargos, direitos e vantagens do funcionalismo federal.

Art. 8º A Fundação manterá o seu funcionamento com os recursos provindos:

- a) de subvenções e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- b) do saldo da venda de suas publicações;
- c) da renda de qualquer de suas atividades.

Parágrafo Único. A União cede à Fundação o acervo de edições da Casa de Rui Barbosa e o das que estejam em curso de publicação.

Art. 9º O Orçamento da União consignará, anualmente, subvenção destinada ao funcionamento da Fundação.

Parágrafo Único. Excetuadas as dotações para as despesas do pessoal civil, as demais dotações orçamentárias consignadas à Casa de Rui Barbosa, no atual orçamento, serão entregues à Fundação a título de subvenção.

---

8 O Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, fundado em 1843, passou a denominar-se Instituto dos Advogados Brasileiros após a criação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB em 1930.

9 Alterado pelo advento da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre o regime jurídico único dos Servidores Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais".

Art. 10. A Fundação encaminhará ao Tribunal de Contas, até 31 de maio, a prestação de contas referente ao ano anterior.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

H. CASTELLO BRANCO

Pedro Aleixo